

MEMORIAL

VIOLÊNCIA POLÍTICA

Entidades:

Fórum Nacional de Mulheres de Instância de Partidos Políticos

Rede Afro LGBT

Coletivo Nacional LGBT do MST

Terra de Direitos

Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Movimento Negro Unificado

Articulação Brasileira de Lésbicas

ONU Mulheres

Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros

União Nacional dos Estudantes

Rede Gay

Conselho Federal de Psicologia

Liga Brasileira de Lésbicas

Polítize!

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,
Transexuais e Intersexos

Instituto Anielle Franco
Articulação Brasileira de Gays
Movimento Representa!
PerifaLAB
#VoteLGBT

Fevereiro/2021

I. Introdução.

A violência política está enraizada na sociedade brasileira e nas instituições nacionais, públicas e privadas, agindo de forma ostensiva ou subliminar, buscando impedir, obstar, sabotar ou frustrar as iniciativas de mulheres (especialmente negras), integrantes da comunidade LGBTQI+ e outras apontadas minorias que, no exercício ativo da cidadania, ingressam no espaço público como legitimadas/os à representação política.

Essa realidade de violência tem sido um obstáculo a ser combatido e superado, para que se possa assegurar que todos os brasileiros e brasileiras possam usufruir em plenitude seus direitos fundamentais, com autonomia e fluidez dos direitos de personalidades e de seus direitos políticos.

A violência política é patriarcal, machista, racista e homofóbica. Eis que em pleno século XXI, com avanços significativos nos costumes, na cultura, na ciência, na educação, nas relações interpessoais e nos comportamentos sociais, uma parcela bastante representativa da sociedade, apenas numericamente considerada, ainda cultiva a ideia retrógrada e se compraz com a noção de que uma pessoa por seu sexo, gênero, origem, etnia, raça ou orientação sexual teria papel secundário ou subalternizado, não podendo ocupar os mesmos espaços, públicos e privados, normalmente destinados, nas estruturas de poder estatal, aos homens.

A violência política é misógina, na medida em que procura desqualificar a mulher, tão somente por essa condição essencial, como apta a exercer plenamente suas funções, notadamente nos espaços políticos e públicos conquistados, em igualdade de condições com os homens.

A violência política é machista e homofóbica, em sua faceta que reproduz uma linguagem discriminatória e preconceituosa, adotando, inclusive, expressões sexistas, notadamente de cunho moral, que sempre foram usadas, de forma estereotipada, para calar as vozes e oprimir as expressões de liberdade das mulheres e da população LGBTQIA+.

Isso se reflete na postura opressora e agressiva, física ou moralmente, e tem se manifestado com vigor nos espaços do Poder Legislativo, nas redes sociais ou na dimensão física, marcada pela tentativa de exercer o controle sobre a forma com que as parlamentares ou candidatas devem se expressar, legislar, votar ou mesmo apresentar suas propostas.

A violência política também é racista, ultrajante, já que não aceita conviver com a ideia de que mulheres e homens negros, muito menos integrantes da comunidade LGBTQI+ possam estar, frequentar e conquistar os mesmos nichos de poder estatal (Universidades, cargos públicos, eletivos etc) nem privados (cargos de chefia, gerência, diretorias etc), frequentados e ocupados tradicionalmente por brancos.

A violência política é odiosa, homofóbica e retrógrada, porque não aprendeu a conviver e acolher as novas manifestações de sexualidade, a aceitar a liberdade que cada pessoa tem sobre o seu corpo, a sua vida privada, suas escolhas. Ela não se dispõe a acolher

as diferenças e a pluralidade sexual, sem que tais manifestações, possam influenciar no exercício de direitos ou na ocupação dos espaços de poder, inclusive decisórios, no âmbito público e privado.

A violência política é covarde, porque se espreita no anonimato das redes sociais, assacando ameaças e ofensas que vulneram e fragilizam suas vítimas e familiares, quase sempre em função de uma elevada crença na impunidade.

A violência política também se manifesta na perspectiva da intimidação e do preconceito religioso, quando ocorre uma tentativa de demonização de determinadas religiões, especialmente as de matrizes africanas, a ameaçar, desqualificar e desumanizar seus praticantes, nos espaços públicos e privados.

A violência política não se concilia com a pluralidade democrática, não recepciona os novos arranjos familiares, que sem negar a família tradicional, se pautam pela busca da felicidade, numa verdadeira sociedade eudemonista.

Há anos, a sub-representação de mulheres, negros, indígenas têm sido uma realidade em função da posição opressora adotada pela maioria detentora do poder, pelo sistema eleitoral e partidário que não favorecem vigorosamente ao estímulo, financiamento e à incorporação da diversidade socialmente constitutiva, alijando essa significativa parcela da sociedade da representação política e eleitoral pelas variadas formas de violência, muitas delas manifestadas por vítimas ameaçadas, ofendidas, agredidas, submetidas a um papel subalterno e até mesmo caladas pela morte ou pelo medo.

No ano de 2020, foram acumulados recordes de violência doméstica, de desestruturação do mundo do trabalho das mulheres e de violência política de gênero registrada no processo eleitoral daquele ano, problemas estes agravados em razão da pandemia mundial da Covid-19. Durante toda a campanha eleitoral, a violência política esteve presente contra diversas candidaturas femininas, feministas, de gays, lésbicas, transfóbicas e de negras nas cidades por todo o país. A violência se expressava dia após dia e de diversas formas: verbal, imagética, cultural, moral, sexual, física, psicológica, patrimonial etc.

Não por outra razão, a ofensiva racista, a violência e os discursos de ódio contra todas as formas de minorias (ou que a estrutura de poder tenta qualificar como minoria), cresce a passos largos no país, notadamente nos tempos atuais de deterioração da democracia advindas do grupo político que ascendeu ao poder com uma pauta agressiva e de discriminação, com ações coléricas de eliminação da diferença, mesmo com todas as lutas pela garantia dos direitos humanos, sociais e contra o preconceito no Brasil e no Mundo.

Mesmo diante da dinâmica inacabável da vida social, cada vez mais escancarada na contemporaneidade e que aponta para uma perspectiva de convivência com a pluralidade, a repressão e restrição aos papéis atribuídos às mulheres, a negros e negras, a indígenas e a LGBTQIA+, em razão do exercício de sua autonomia política-cidadã e da tentativa de vivenciarem a igualdade e liberdade de todas as formas, inclusive nos espaços de poder, permanecem sistematicamente executadas em demonstrações da dominação sobre corpos, simbologias, estilos e pelo agir e se comportar.

A violência política, que é uma violência física, psicológica, social e econômica, ameaça, constrange, injúria, difama, calunia e mata suas vítimas, se potencializa como um dos principais desafios da sociedade e das autoridades brasileiras, notadamente em função da aproximação do processo eleitoral.

Por não poder aceitar ou continuar a conviver com ações que forcem a diminuição da presença e persistência feminina ou de outros grupos étnicos, raciais ou de diversidade da orientação sexual, **o presente Memorial defende uma agenda por igualdade e por direitos, com veemência e altivez.**

Registrar a memória de casos concretos dando reverberação às palavras de ódio, de crimes racistas, dos atos físicos ou simbólicos e institucionais é um compromisso coletivo para ressoar diretamente a denúncia de genocídio da população negra no Brasil, da herança colonial e escravocrata, dos males do patriarcado excludente e opressor para com isso proteger quem hoje é o alvo de ameaças, ofensas ou de tratamento e tentativa de imposição da subalternidade, nos espaços do Poder Legislativo ou sociais em geral, em qualquer local, público ou privado, real ou virtual.

Muito embora a violência política sempre tenha sido uma realidade presente no dia a dia da sociedade brasileira, manifestadas nas vertentes antes destacadas e em outras ações deletérias, quase sempre de maneira sub-reptícia, nos últimos três anos, especialmente com o avanço da intolerância, dos discursos de ódio, das fake news que norteiam as ações daqueles que lograram alcançar as estruturas de poderes do País em 2018, essas ações violentas encontraram terreno

fértil numa parcela da sociedade brasileira e hoje grassam com desenvoltura nos espaços públicos e privados.

Assim, o vertente memorial, tem alguns objetivos principais:

- a) Conscientizar e alertar para o problema da violência política que assola a nossa sociedade, realidade que foi agravada pelo momento político, econômico, social, negacionista e pandêmico que vivemos;
- b) Publicizar os casos de violência política já documentados, o que se faz através da nominada do presente memorial, de modo que se tenha divulgação das ações que vulneram mulheres, negras especialmente, e comunidade LGBTQI+ e ocorrem diuturnamente;
- c) Buscar junto às autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições públicas e privadas, ações, providências, iniciativas, que possam enfrentar, responsabilizar e punir a violência política no País;
- d) Suscitar medidas que possam ser adotadas imediatamente nas esferas de Poderes e na sociedade brasileira para enfrentar a violência política.
- e) Chamar a atenção para a proximidade do pleito eleitoral que se avizinha e a necessidade de se antecipar na adoção de medidas que impeçam

qualquer manifestação de violência política e estabelecer mecanismos objetivos e céleres de enfrentamento e punição.

II. Iniciativas Adotadas.

Algumas iniciativas já foram adotadas e são bem-vindas. No âmbito do Poder Legislativo, a recente promulgação da Lei nº 14.192, de 2021, que, entre outras ações, visa combater a violência política contra as mulheres, já é um avanço que precisa se somar a outras iniciativas em curso ou que deverão ser adotadas no País.

A referida Lei estatui o seguinte:

1 – Garantia do Direito de Participação Política das Mulheres. Serão garantidos os direitos de participação política da mulher, vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas.

2 – Violência Política contra a mulher. Definição. Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo.

3 – Propaganda depreciativa ou discriminatória contra a mulher. Vedação. É proibida qualquer propaganda que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.

4 – Crime. Assédio, constrangimento, humilhação, perseguição ou ameaça contra candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo. Tipifica, com pena de reclusão de 1 a 4 anos, a conduta de “assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.”

5 – Aumento de Pena para crimes contra a honra das mulheres, no contexto da propaganda eleitoral. Se os crimes de calúnia, difamação e injúria, na propaganda eleitoral, forem cometidos com menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia ou por meio da internet ou de rede social ou com transmissão em tempo real, a pena, pena aumenta-se de 1/3 até metade.

6 – Estatuto Partidário e o combate à violência política contra as mulheres. O Estatuto do partido deve conter,

entre outras, normas sobre prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

Dentro do marco temporal adotado por este Memorial, ainda no âmbito do Legislativo Federal, a Câmara Federal^[1] por sua Comissão de Direitos Humanos e Minoria – CDHM realizou reunião sobre a temática em 2021, e atuou especificamente nos casos envolvendo a deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), a deputada estadual Renata Souza (PSOL/RJ), as vereadoras Ana Lúcia Martins (PT/SC), Carolina Dartora (PT/PR), Carolina Iara (PSOL/SP), Erika Hilton (PSOL/SP), Samara Sosthenes (PSOL/SP), Liane Cirne (PT/PE) e a prefeita Eliana Gonzaga (Republicanos/BA). Também reuniu casos de violência política que compõem, inclusive, a nominada a seguir apresentada.

A Secretaria da Mulher da Câmara Federal também se posicionou institucionalmente em repúdio a diversos casos concretos de violação às mandatárias da Casa e de outros Parlamentos estaduais e municipais (os arquivos podem ser pesquisados em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher>). Ainda realizou evento sobre violência política de gênero e Ato Solene - memória de Marielle Franco (<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/60502>).

A Comissão de Direitos da Mulher em conjunto com a Secretaria da Mulher da Câmara realizou audiência pública sobre o tema da violência política contra as mulheres “em alusão ao Dia Internacional dos Defensores do Direito da Mulher, promovido pelos

eixos de atuação do Observatório Nacional da Mulher na Política” (<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64273>).

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara realizou audiência pública com o tema: "A violência política contra as mulheres negras"(<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/60677>).

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional também promoveu debate sobre os casos de violência política contra as mulheres na perspectiva de traçar estratégias de enfrentamento e elaboração legislativa que visem à ampliação da ocupação dos espaços de poder e representação pelas mulheres, realizado em março de 2020 (<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=17970>).

No âmbito do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça tem demonstrado preocupações com o enfrentamento da violência política, como se verifica das seguintes medidas adotadas:

- a) Resolução CNJ nº 254, de 04.09.2018, que Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências;
- b) Resolução CNJ nº 255, de 04.09.2018, que Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário;
- c) Portaria nº 27, de 2 de fevereiro de 2021, que institui Grupo de Trabalho para colaborar com a implementação das Políticas Nacionais estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 254/2020 e 255/2020,

relativas, respectivamente, ao Enfrentamento à violência contra as mulheres pelo Poder Judiciário e ao Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário;

- d) Recomendação nº 119, de 28 de outubro de 2021, que recomenda a adoção de procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para a garantia dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdades;
- e) Resolução nº 348, de 9 de outubro de 2020, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.

Da mesma forma, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público foram editados os seguintes instrumentos de enfrentamento de alguns dos males aqui retratados:

- a) Recomendação nº 80, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre a necessidade de aprimoramento da atuação do Ministério Público no enfrentamento da

violência de gênero e da violência institucional e dá outras providências;

- b) Nota Técnica nº 8, de 15 de março de 2016, nota técnica sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social no âmbito da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios;
- c) Recomendação nº 85, de 28 de setembro de 2021, que dispõe sobre o fomento à fiscalização, pelo Ministério Público, dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTI+ privadas de liberdade em estabelecimentos penais;

Entendemos que além das iniciativas já adotadas, outras medidas deverão ser pensadas e implementadas para combater, reprimir e punir a violência política, sendo a audiência pública um espaço democrático para amadurecer e pensar novas ações.

Nossa compreensão é de que somente com organização, determinação, vontade política, conscientização, investigação, punição, colaboração entre os atores sociais, será possível enfrentar a chaga da violência política, que diuturnamente vitima brasileiras e brasileiros que tentam exercer, dentro do jogo democrático, direitos básicos de cidadania.

Com essa visibilização do problema, Senhoras e Senhores, acreditamos que juntos, sociedade e Estado, podemos enfrentar a violência política e assegurar que o fundamento da dignidade da pessoa humana e o objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária, que norteiam nossa Constituição Federal, sejam alcançados.

MEMORIAL DE CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

2020-2021

São inúmeros os casos que registram o aumento e agravamento da violência política em nosso País. O relatório "Violência Política e Eleitoral no Brasil (2020)"^[2] elaborado pela Terra de Direitos e Justiça Global, mapeou 327 casos de violência política entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020.

Foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e quatro casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. A atualização da pesquisa, realizada entre 2 de setembro e 29 de novembro de 2020, relata 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.

De acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se para 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número cinco vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa mostra que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal, com 87% dos casos.

A pesquisa “A Violência Política Contra as Mulheres Negras (2020)”^[3] elaborado pelo Instituto Marielle Franco, Justiça Global e Terra de Direitos, entrevistou mulheres negras que foram candidatas e mostrou que, entre as participantes, 42% relataram ter sofrido algum tipo de violência. Entre elas, 13,3% receberam ameaças de morte durante o período de pré-campanha ou campanha eleitoral.

Ademais, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizou no dia 16 de junho audiência pública, que debateu a violência política vivenciada por vereadoras e vereadores no Brasil. Segundo os relatos, a violência política atinge especialmente mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros e integrantes de partidos de esquerda, e envolve desde situações de silenciamento cotidiano, boicote a projetos, até questionamentos sobre a capacidade para o exercício do mandato.

As vereadoras presentes, que enfrentam a maioria das situações de violência, pediram apoio do Legislativo Federal e da CDHM para construir alternativas que coíbam a violência política. Entre as sugestões estão a notificação das câmaras municipais pedindo proteção, o acionamento do Ministério Público para acompanhar os casos, a necessidade de um projeto de lei contra a violência política, além de campanhas que possam refrear esse tipo de violação nas redes. A seguir, discorreremos sobre alguns casos registrados a partir de 2020, foco do nosso levantamento, bem como situações denunciadas na presente audiência:

1. As mulheres são cotidianamente questionadas nos espaços, como a vereadora Bia Caminha (PT/PA), indagada diversas vezes desde que chegou à Câmara Municipal sobre o seu

lugar, não sendo vista nem como vereadora, nem como assessora pelos guardas municipais da Casa por ser jovem e negra. A vereadora também denunciou na referida audiência pública, diferentes práticas de intimidação por parte de um vereador, inclusive uma acusação de racismo reverso, e sugeriu a criação de uma rede de proteção para vereadoras e vereadores para denúncia e acompanhamento, reforçando que a violência acontece no espaço institucional. Em outra situação, ocorrida no dia 20 de maio de 2021, a vereadora foi agredida verbalmente por vereadores da base bolsonarista durante a votação de uma moção em repúdio aos cortes na educação na Câmara Municipal de Belém.

2. A Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA), relatou na audiência pública que em 2020, recebeu ameaça por meio de um post na internet com o seguinte teor: *“Tomara Deus que essa feminista seja alvo de execução igual Marielle Franco, tem que cortar o mal pela raiz”*. Esse é apenas um de uma série de ataques que recebe em suas redes sociais e em seu WhatsApp pessoal e até em comentários de transmissões das agendas da Câmara.
3. A vereadora Ana Lúcia (PT/SC), de Joinville/SC, convive com ataques desde o momento da apuração da eleição, com páginas invadidas e ameaças de morte em 2020. Tais problemas têm provocado grande impacto na saúde mental e diante da omissão do Estado, acaba por legitimar a situação. Segundo a pesquisa *“Violência Política de Gênero e Raça (2021)”*, do Instituto Marielle Franco, as principais ameaças recebidas dizem respeito a possíveis ataques fora da Câmara Municipal. Em 2021, a vereadora recebeu um botão de pânico

para uso dentro de casa. Mesmo sendo uma importante iniciativa das forças de segurança para garantir a sua proteção, a medida demonstra-se insuficiente, já que funciona em um espaço restrito e, via de regra, mais seguro.

4. A vereadora de São Joaquim da Barra, Vera Flores (PT/SP), recebeu em sua casa um arranjo de flores com uma mensagem avisando que flores também morriam, em alusão ao seu nome. Vera também sofre com a perseguição política, propagação de fake news, ataques ao filho de 22 anos, além de perseguição por parte do Executivo municipal, que teria mobilizado comerciantes contra ela por apoiar medidas de isolamento. As denúncias foram relatadas na audiência pública da CDHM em 16 de junho de 2021.
5. Em 16 de dezembro de 2020, a Deputada Estadual Isa Penna do PSOL, durante sessão da Assembleia Legislativa Paulista, foi assediada pelo então Deputado Estadual Fernando Cury (Cidadania). As câmeras registraram o momento em que a deputada estava diante do presidente da Alesp, de costas para os colegas, e Fernando Cury, se aproximou. Ele a abraçou por trás, com uma das mãos na altura do seio da deputada. No momento, Isa Penna afastou o braço dele e o deputado Cury ainda insistiu em tocá-la novamente.
6. No dia 03 de dezembro de 2020, durante sessão da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Bibó Nunes (PSL/RS), chamou as deputadas da oposição de históricas, se vangloriando de ter “inventado” um neologismo, denominando as deputadas que divergiam de suas opiniões de “deputéricas”,

expressão cunhada para se referir ao que considerava “deputadas históricas”.

7. Em dezembro de 2020, a Deputada Estadual Renata Souza (PSOL/RJ), candidata à Prefeitura do Rio na última eleição, registrou boletim de ocorrência, após receber ameaças nas redes sociais. No Facebook, um homem comentou que ela "falava demais" e que iria "perder a linguinha" por causa disso. Também disse que a vereadora Marielle Franco, de quem Renata foi chefe de gabinete, teria morrido pelo mesmo motivo. A parlamentar - que, assim como Marielle, é criada no Complexo da Maré - foi à Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática fazer o registro do caso. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (Alerj), Renata é mais uma mulher negra a sofrer ameaças de morte nas redes sociais. No Estado, o mesmo já ocorreu com a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL), que precisou se mudar do Rio. Após as últimas eleições municipais, houve outros relatos parecidos País afora. Como mostrou o Estadão, investigações apontam para uma ação coordenada voltada para ameaças de cunho racista, machista e homofóbico. Para apurar esses relatos, pelos menos três Estados e órgãos internacionais, como a Interpol, trabalham de modo integrado. No boletim de ocorrência, Renata cita ainda outras ameaças recebidas durante o ano nas redes sociais. "Espero que as forças policiais investiguem esses criminosos. Já mataram Marielle, não posso subestimar qualquer ameaça e espero que nenhuma instituição democrática a subestime. Não vão nos calar", disse a deputada. "Em plena democracia, não é possível

que uma parlamentar tenha as suas atividades cerceadas e intimidadas."

8. Em novembro de 2021 um ataque foi planejado contra a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) pelo miliciano ligado a Escritório do Crime no Rio de Janeiro. A parlamentar seria alvo de membro investigado pela morte de Marielle; consórcio de assassinos foi fundado pelo pelo capitão Adriano da Nóbrega. Alvo de ameaças desde quando ingressou na vida política do Rio de Janeiro em 2016, a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL) se viu em meio a outra intimidação que a fez deixar o Estado. Um atentado estava sendo tramado pelo miliciano Edmilson Gomes Menezes, o Macaquinho, ligado ao Escritório do Crime, grupo de sicários fundado pelo ex-capitão da Polícia Militar Adriano Magalhães da Nóbrega, que atua há cerca de 15 anos na capital fluminense.

9. A vereadora Duda Salabert (PDT), primeira mulher trans eleita para a Câmara Municipal de Belo Horizonte sofre com ataques machistas e transfóbicos. Em janeiro de 2021, durante sua posse, foi ignorada pelo vereador Wesley Autoescola (Pros), ao credibilizar outra parlamentar, a Professora Marli, como vereadora mais bem votada daquela eleição em Belo Horizonte. No entanto, Duda recebeu mais que o dobro de votos que Marli. A vereadora também recebe diversas mensagens de ódio através das redes sociais. Uma das mensagens foi divulgada pela parlamentar em seu Twitter no dia 04 de dezembro de 2020, com o seguinte conteúdo criminoso: **“Vou invadir uma sala de aula do Bernoulli e vou matar todas as vadias, todos os negros (que, infelizmente**

serão bem poucos, 1, ou 2 cotistas) e depois vou te matar” (sic).

10. Em 22 de novembro de 2020, o vereador Alisson Julio (Novo), de Joinville, Santa Catarina, registrou boletim de ocorrência por ser alvo de ameaças de morte e insultos ofensivos. Alisson recebeu um e-mail que ofendia a vereadora Ana Lúcia Martins (PT) e após se pronunciar repudiando o ato nas redes, recebeu mais duas mensagens com ameaças, dessa vez, direcionadas a ele e a vereadora Ana Lúcia. Assim que registrou o BO, recebeu nova mensagem. Entre as ameaças, destacamos as seguintes palavras: **“Pois agora vai morrer também. Vai morrer por ser uma aberração aleijada. Dei um crédito por você ser branco, mas você pisou na bola [...]”**.
11. Em 2021, o vereador de Santarém, no Pará, Biga Kalahari (PT/PA), sofreu ataques por ser o primeiro vereador assumidamente homossexual na Câmara Municipal, tendo inclusive o seu gabinete invadido por pessoas armadas.
12. No caso da vereadora Filipa Brunelli (PT/SP), de Araraquara, desde a campanha necessitou acionar o Judiciário e a polícia, para não ter a dignidade física violada. Ao vencer as eleições e chegar ao espaço institucional, Filipa passou a enfrentar ataques de grupos conservadores e de parlamentares que não aceitam o resultado das urnas, tentando silenciar as vozes e corpos transgênero. Em 2021, a parlamentar registrou um boletim de ocorrência por lgbtfobia e ameaças sofridas por meio da internet.

13. Em 2021, Carla Ayres (PT/SC), vereadora de Florianópolis, mulher branca e lésbica, recebeu ataques e ameaças por grupos de Whatsapp, que revelariam os telefones pessoais da equipe e pedindo o extermínio do mandato. Segundo levantamento do MonitorA, ela foi a candidata mais atacada no Twitter durante o primeiro turno das eleições municipais em Santa Catarina. Foram 2.234 mensagens analisadas pelo monitoramento (mais de dois terços do total de mensagens de todas as candidatas), e 103 foram caracterizadas como xingamentos (4,6%)^[4].
14. A vereadora de Uberlândia, Dandara Tonantzin (PT/MG), sofreu injúrias raciais em uma audiência pública sobre a militarização das escolas públicas, transmitida ao vivo no canal institucional da TV Câmara do município no ano de 2021. Durante a referida live, veiculada no youtube, Dandara foi agredida com comentários ofensivos e racistas em razão do turbante que usava^[5].
15. Também em 2021, a primeira prefeita mulher e negra de Cachoeira (BA), Eliana Gonzaga (Republicanos), denunciou que vinha sofrendo ameaças, além de ataques racistas e misóginos desde o período da campanha eleitoral. Em 11 de abril, quando a prefeita participava de uma ação de rua, percebeu uma motocicleta com dois homens à sua espreita. A presença chamou a atenção dos policiais que acompanhavam a agenda, mas os suspeitos fugiram^[6]. Ademais, dois militantes ativos em sua campanha foram mortos entre o final de 2020 e março de 2021^[7]. Também foi relatado à CDHM da Câmara que

existiria uma lista de próximos alvos, com nomes ligados à campanha e a familiares da prefeita.

16. Em 26 de janeiro de 2021, a vereadora da Bancada Feminista pelo PSOL em São Paulo, Carolina Iara, teve a casa atingida por disparos de arma de fogo, efetuados quando um carro com vidros escuros parou em frente a sua residência. Na ocasião, se encontravam no local junto com a vereadora a sua mãe e o irmão. No dia 31 de janeiro, mesma semana, a vereadora trans e negra, Samara Sosthenes, do Quilombo Periférico (PSOL) sofreu atentado semelhante, tendo sua casa alvejada por tiros durante a madrugada.
17. Larissa Gaspar (PT/CE), vereadora em Fortaleza, voltou a ser alvo de violência política em 2021, quando sofreu ameaças de morte por meio de seu perfil no Instagram e marcada em um vídeo em que homens exibiam armas^[8], em razão de sua atuação e apresentação de projeto de lei que proíbe a venda e o uso de fogos de artifício.
18. Em janeiro de 2021, a vereadora Erika Hilton (PSOL/SP) foi perseguida por um homem que portava uma bandeira e usava máscara com símbolos religiosos, dentro da própria Câmara Municipal de São Paulo. Diante de seus assessores, se apresentou como “garçon reaçã” e disse ser uma das pessoas processadas pela vereadora. No início de janeiro, Erika Hilton protocolou ação contra 50 pessoas por praticarem ameaças transfóbicas e racistas pela internet. À pesquisa do Instituto Marielle Franco (“Violência Política de Gênero e Raça (2021)”) a vereadora relata que a casa que ocupa não agiu de forma

preventiva para tentar reduzir o risco para mulheres, a ação, segundo a vereadora, só ocorre após um episódio de violência na casa: **“Quando tentaram invadir o meu gabinete e quando um próprio funcionário da Câmara ameaçou de vir aqui, dar facadas [...]”**.

19. Em novembro de 2021, a Deputada estadual do PSOL em Minas Gerais, Andreia de Jesus, publicou carta aberta para denunciar as graves ameaças de morte recebidas por seu trabalho à frente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A parlamentar é a primeira mulher negra eleita para o parlamento mineiro em mais de 300 anos de história^[9].

20. Em novembro de 2021, a vereadora do PSOL em Campinas (SP) Mariana Conti, sofreu uma série de ameaças através de ligações em seu gabinete na Câmara Municipal da cidade. “Fala pra ela parar de criticar Bolsonaro porque o bicho vai pegar pra ela”, é o que dizia o homem, segundo a assessoria da parlamentar. Ele também dizia estar sendo orientado por alguém a realizar as ameaças. A parlamentar comunicou a Presidência da Câmara Municipal do ocorrido e vai registrar um boletim de ocorrência por causa das ameaças.

21. No final de 2021, o apresentador Carlos Massa, conhecido como Ratinho, durante seu programa na Rádio Massa FM, em São Paulo, atacou gravemente a Deputada Federal Natália Bonavides (PT/RN) com machismo e misoginia, além de afirmar que a parlamentar deveria ser “eliminada com uso de metralhadora”.

22. Em setembro de 2021, as vereadoras de Fortaleza, Adriana Gerônimo e Louise Santana (Mandata Coletiva Nossa Cara), entraram no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, após virarem testemunhas em um caso que investiga policiais militares suspeitos de um despejo ilegal na ocupação 'Fazendinha', no Bairro Cambeba. Em junho de 2021 as parlamentares acompanharam uma tentativa de despejo ilegal, realizada sem mandado de reintegração de posse, que resultou na prisão de policiais militares à paisana que tentaram despejar clandestinamente as 200 famílias ocupantes. A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará (SPS) confirmou a inclusão de ambas.

23. Ainda em 2021, conforme documentado na pesquisa *"Violência Política de Gênero e Raça no Brasil (2021): Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas"* elaborado pelo Instituto Marielle Franco, apenas algumas horas depois que a vereadora **Laura Sito (PT/RS)** concedeu entrevista, relatando a experiência no enfrentamento a violência política como vereadora, manifestantes antivacina atacaram a Câmara Municipal de Porto Alegre, durante sessão que votava o passaporte da vacina na cidade. Os integrantes da Bancada Negra, vereador Matheus Gomes (PSOL), a vereadora Karen Gomes (PSOL), a vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB), a vereadora Daiana Santos (PCdoB) e a vereadora Laura Sito (PT) foram fortemente atacados pelos manifestantes com xingamentos racistas e misógino. Na mesma semana, os integrantes da Bancada Negra registraram Boletim de Ocorrência. O fato afetou todos os mandatos envolvidos. Na

referida invasão, um dos manifestantes carregava um cartaz com a imagem de uma suástica, símbolo do nazismo.

24. Em novembro de 2021, Benny Briolly, vereadora pelo PSOL em Niterói - RJ, sofreu ataques transfóbicos por parte de um vereador bolsonarista na Câmara Municipal. A vereadora é autora de um Projeto de Lei que prevê **2% de cotas para pessoas trans** em concursos públicos municipais. Durante a discussão, bolsonaristas presentes, incentivados pelo vereador **Douglas Gomes (PTC-RJ)** tumultuaram a sessão, promovendo os ataques. ***“Durante minha fala, quando apresentava dados sobre a transfobia brasileira, os gritos e xingamentos dos bolsonaristas me interrompiam. Fui chamada de “traveco”, “viadinho” e “piranha”. Foi muito violento!”***, contou Benny ao Jornal Empoderado. Anteriormente, em maio do mesmo ano, a vereadora precisou ser retirada às pressas do País após receber ameaças de morte.

25. Em 2021, a vereadora Profa. Mazéh Silva, eleita pelo PT em Cáceres, Mato Grosso, relatou ao Instituto Marielle Franco o medo que seus familiares sentem diante das ameaças contra ela. Contou, ainda, que recebeu ameaças após divulgação de seu trabalho por um jornalista local. [...] ***Eu recebi depois o print de um jornalista dizendo que uma pessoa veio na rede social dele chamando a facção para me “dar um salve”, porque eu já estaria passando dos limites. Porque, essas pautas que a gente apresenta, segundo ele, esse salve era para eu parar de fazer isso***, narrou. A violência política sofrida pela vereadora se apresenta na forma de

fakenews divulgadas em grupos de *whatsapp* e comentários nas redes sociais. O ataque mais severo ocorreu quando a parlamentar protocolou na Câmara Municipal de Cáceres Projeto de Lei, guiado pela Agenda Marielle Franco da qual é signatária desde a campanha eleitoral, com o intuito de instituir o Dia 14 de Março como “Dia Marielle Franco de Combate à Violência Política contra mulheres, periféricas, negras, indígenas e LGBTQIA+”. A vereadora também recebeu comentários ofensivos quando apresentou o Projeto de Lei chamado “Menstruação sem Tabu”, que visa combater a pobreza menstrual de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade.

26. Em abril de 2021, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), atacou as parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara ao se referir às Deputadas como “pessoas portadoras de vagina” levadas à loucura diante de verdades. Na ocasião, o Deputado publicou um vídeo em seu Twitter de reunião da CCJC, em que o Deputado Federal Éder Mauro (PSD/PA) apresentava comportamento desrespeitoso contra a Deputada Federal Maria do Rosário (PT/RS), que fazia uso da palavra, desrespeitando o seu direito à fala. Na publicação, utilizou os seguintes termos: **“Parece, mas não é a gaiola das loucas, são só as pessoas portadoras de vagina na CCJ sendo levadas a loucuras pelas verdades ditas pelo Dep. @EderMauroPA 1.000”**.

27. No dia 21 de setembro de 2021, durante reunião da CPI da Covid-19 no Senado Federal, a Senadora Simone Tebet (MDB/MS) foi vítima de machismo praticada pelo Ministro da

Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, quando o mesmo a chamou de descontrolada e tentou descredibilizá-la. Logo após, a pedido do presidente da Comissão, Omar Aziz (PSD/AM), o relator Renan Calheiros (MDB/AL), converteu a condição do ministro de testemunha para a de investigado.

28. Em outubro de 2021, a vereadora Katyane Leite (PTB/MA) teve o microfone arrancado violentamente de suas mãos pelo vereador Emanuel Nascimento (PL), enquanto exercia sua fala pública, durante sessão da Câmara Municipal de Pedreiras (MA). Indignada, a vereadora tentou utilizar outro microfone que estava vago, quando mais uma vez, o objeto foi retirado de suas mãos. Por meio de postagens nas redes sociais, a parlamentar denunciou a violência: "Agrediu-me e, de modo sorrateiro e machista, violou todas as prerrogativas funcionais garantidas a uma parlamentar, quebrando o decoro e censurando com violência o que há de mais sagrado **dentro de um parlamento**, que é a liberdade de se expressar e defender seus ideais".

29. Em 05.11.21, a vereadora de Cuiabá, Michelly Alencar (DEM/MT) registrou um boletim de ocorrência contra o presidente da Câmara Municipal, vereador Juca do Guaraná (MDB), por ter sido interrompida e o direito de fala na tribuna cerceado pelo parlamentar, durante sessão. No boletim, a vereadora narra que estava na sessão por volta das 11h do dia 4 de novembro, quando foi citada pelo vereador Sargento Vidal, mas não teve o direito de responder à acusação feita pelo parlamentar. Vidal acusou Michelly de usar as redes sociais para cometer crime contra a honra dos parlamentares. Conta

que quando pediu a palavra por ter sido citada, não lhe foi garantido o direito, ao contrário, foi interrompida, silenciada e ainda chamada de histérica pelo presidente da Casa.

30. Em 08 de julho de 2021, a vereadora Verônica Lima (PT/RJ), primeira mulher negra eleita para a Câmara Municipal de Niterói, sofreu agressão verbal dentro da Casa Legislativa (no dia 07.07.2021), durante uma reunião. Em relato nas redes sociais, ela contou que o vereador Paulo Eduardo Gomes (PSOL) perguntou se ela queria "ser homem" e disse que ia tratá-la "como homem" para constrangê-la por sua orientação sexual. Verônica registrou queixa de violência na delegacia e informou que iria apresentar representação no Conselho de Ética da Câmara de Vereadores por quebra de decoro parlamentar. "Quando Paulo Eduardo questionou se 'eu queria ser homem' e disse que ia 'me tratar como homem', quis me constranger pela minha orientação sexual. Não quero ser homem! Sou uma parlamentar com diversas produções legislativas que dispõem sobre a violência contra as mulheres e o combate às opressões", registrou a vereadora.

31. Em 06 de dezembro de 2021, a professora e vereadora de Santa Rita do Sapucaí (MG), Fabiana Salgado (Avante), foi vítima de agressão, dentro da Câmara Municipal, por um empresário da cidade que, aos berros, interrompeu a sessão da Câmara Municipal para ameaçá-la. Não é a primeira vez que o agressor tenta acuar Fabiana. O empresário já havia afirmado que a colocaria "no forno da cerâmica até que ela virasse pó". Por causa desta declaração, a parlamentar conseguiu na justiça uma medida protetiva para preservar sua

integridade e saúde física, mental e psicológica. Única mulher dentre os 13 vereadores do município, Fabiana Salgado defende a valorização da educação e dos educadores, a saúde pública e a igualdade de gênero. Suas posições na Câmara despertaram ódio e ressentimento, principalmente durante o período mais agudo da pandemia de Covid-19, quando defendeu com veemência a proteção da vida e o isolamento social.

32. Em 08.11.21, a vereadora Paolla Miguel (PT/SP) foi vítima de racismo durante sessão na Câmara de Campinas (SP). O ataque partiu da área do público, onde estava um grupo de manifestantes bolsonaristas com bandeiras do Brasil e de Israel. A ofensa ocorreu quando Paolla Miguel discursava na tribuna pela aprovação de um projeto de promoção da comunidade negra, por conta do mês da Consciência Negra. A TV da Câmara Municipal de Campinas captou áudio em que uma voz feminina gritou ao menos duas vezes “sua preta lixo”, dirigindo-se à vereadora, que apesar dos xingamentos, continuou seu discurso até o final.

33. Também em 2021, a vice-presidenta da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, na Região Central de Minas Gerais, Damires Rinarly (PV), recebeu ameaças de morte e perseguição após a aprovação de projeto de lei de sua autoria, que assegura o uso do nome social por pessoas travestis e transsexuais nos órgãos de administração municipal. A proposta se soma a outras iniciativas da vereadora, que defendem os direitos das mulheres e minorias. As ameaças

foram realizadas por meio de grupos no WhatsApp, vindas de um ex-candidato a vereador do município.

34. Em junho de 2021, a vereadora Teca Nelma (PSDB/AL), parlamentar mais jovem da Câmara Municipal de Maceió (AL), ao questionar os argumentos para conceder o Título de Cidadão Honorário da Cidade ao Presidente Jair Bolsonaro, a quem classificou de “genocida” em razão da sua atuação no combate a pandemia, se tornou alvo de ofensas e censura do vereador Delegado Fábio Costa (PSB-AL). Ao proferir seu voto, com direito a justificá-lo, Teca afirmou que “sem dúvidas e sem medo, eu digo não ao presidente genocida”. Em seguida, o vereador Fábio Costa informou que solicitaria ao presidente da Câmara a censura da fala de Teca Nelma e, colocou em dúvida os conhecimentos da vereadora ao questionar que talvez ela não soubesse o significado da palavra genocida. O parlamentar ainda afirmou que iria oficialiar à Presidência da República e a Advocacia Geral da União, além do Conselho de Ética da Casa contra a vereadora.

35. No dia 30 de agosto de 2021, durante reunião da CPI da Covid-19, Fabiano Contarato (PT/ES) expôs ataque que sofreu via Twitter pelo empresário Otávio Oscar Fakhoury em maio, que seria ouvido na CPI no mesmo dia. Na oportunidade, pediu à Polícia Legislativa para apurar o crime de homofobia. Através da postagem, o empresário atacou o parlamentar, fazendo referência a uma publicação do Senador. Na postagem, faz a seguinte publicação: *“O delegado homossexual assumido talvez estivesse pensando no perfume de alguma pessoa ali daquele plenário. Quem seria o perfumado que o cativou?”*.

Durante reunião da CPI, diretamente da cadeira da presidência, Contarato rebateu a publicação preconceituosa de Fakhoury cara a cara, de forma firme e contundente, afirmando **“aprendi que orientação sexual não define caráter. Cor da pele não define caráter. Poder aquisitivo não define caráter. Eu sonho com o dia em que não vou ser julgado pela minha orientação sexual. Sonho com o dia que meus filhos não serão julgados por ser negros”**.

36. Em 15 de novembro de 2021, o Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e seu filho, foram novamente alvos de ataques. O parlamentar tomou conhecimento pelas redes sociais, que o filho foi fotografado por um homem, que publicou a imagem acompanhada de ofensas ao Senador. Após ir à praia com o filho, recebeu print, primeiro no Whatsapp e, após, na conta no Instagram, dando conta de uma postagem preconceituosa que destilava a inadmissível ira do bolsonarismo. O autor do ataque é Giovani Loureiro, um corretor de imóveis de Vitória, no Espírito Santo. No post, publicado na página dele no Facebook, Contarato aparece ao lado de dois homens na praia e o pequeno Gabriel aparece no centro da imagem. Na legenda, Giovani diz que Contarato é um "sem vergonha" e que estava no local com "o filho adotivo para fazer marketing". Ele afirmou que o Senador jamais será reeleito e que foi infeliz ao votar no parlamentar. O Senador registrou um boletim de ocorrência na Polícia Federal contra o agressor.

37. Em maio de 2021, a vereadora do Recife, Liana Cirne (PT/PE), foi agredida com spray de pimenta por policiais militares, durante uma manifestação pelo Fora Bolsonaro, no

Centro do Recife. Durante o ato, a polícia agiu de forma truculenta contra os manifestantes, atirando balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. A vereadora, ao se identificar como parlamentar, tentou dialogar sobre o caráter pacífico da ação e ilicitude da ação policial, com o intuito de conter novas agressões. No entanto, a PM agiu com violência contra a parlamentar atirando spray de pimenta em seu rosto. Liana Cirne precisou ser carregada nos braços e levada para a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) dos Torrões, na Zona Oeste do Recife. Na sequência do ocorrido, o comandante da operação policial e os PMs envolvidos na agressão foram afastados pelo governador Paulo Câmara (PSB). Após o episódio, a vereadora relata que vem sofrendo ameaças de morte. Por essa razão, suspendeu o trabalho presencial da sua equipe no gabinete, além de solicitar maiores medidas de segurança à Câmara Municipal do Recife.

38. Já em janeiro de 2022, a vereadora de Porto Alegre, Daiana Santos (PCdoB), voltou a receber ameaças de morte por e-mail. Em vídeo publicado no dia 20 de janeiro em suas redes sociais, a parlamentar afirmou que a mensagem tem conteúdo racista e lesbofóbico, com tom mais agressivo do que os ataques anteriores. A parlamentar já havia denunciado mensagens intimidadoras em dezembro do ano passado, juntamente com Laura Sito (PT), Matheus Gomes (PSOL) e Karen Santos (PSOL), todos da bancada negra^[10].
39. Ainda em janeiro de 2022 deu-se a cassação do mandato da vereadora Gertrudes Bernardy (MDB), presidente da Câmara de Ivaiporã, região norte do Paraná. A Secretaria da Mulher da

Câmara dos Deputados Federal divulgou nota de repúdio na qual manifesta que, segundo os advogados de defesa, o processo está eivado de várias nulidades, dentre as quais, a falta de tempo hábil para que a vereadora pudesse se defender. Ademais, a Secretaria expressa em sua nota que a cassação foi um ato abusivo e que pode ser caracterizado como perseguição política de gênero, o que vai de encontro às determinações contidas na Lei 14.192/2021.

40. Em 02 de fevereiro do ano corrente, a única vereadora de Aparecida de Goiânia (GO), Camila Rosa (PSD), teve seu microfone cortado, a pedido do presidente da Casa, André Fortaleza (MDB), durante uma discussão justamente sobre a participação feminina na política. Após mandar cortar o microfone da parlamentar, o presidente da Casa ainda declarou "Vá à delegacia e registra um B.O. Fique à vontade, se a senhora achar que eu estou cometendo um delito".

41. Em 2020, a candidata à prefeitura de São Paulo pelo PSL, Joice Hasselmann, foi alvo de várias ofensas, ameaças e agressões nas redes sociais, a exemplo de um internauta que, no dia 17 de outubro, postou no Twitter em uma foto da candidata apontando duas armas: escreve: "(...) Taí alguém que não poderia bem (sic) se quer chegar perto de uma arma de fogo. Louca não pode ter arma de fogo, quem deu CR pra (sic) essa psicopata da @joicehasselmann". Segundo o "MonitorA", pesquisa realizada pela revista AzMina, 55% dos tuites ofensivos contra a candidata tiveram conteúdo gordofóbico.

42. Em 2020, Manuela D'Ávila, candidata à prefeitura de Porto Alegre (RS) pelo PCdoB, também recebeu ofensas. “Recadinho aos Porto Alegrenses: Em 2018, nós apelamos pra que a galera do RN, não elegeesse a comunista Fátima Bezerra, mas eles elegeram essa ‘vaca’ mesmo assim (...) Agora nós apelamos vcs de P.A: “Por favor, não elejam essa hacker @ManuelaDavila. É bandida!..” Segundo o “MonitorA “, pesquisa realizada pela revista AzMina, 51% dos tuites ofensivos contra a candidata tiveram conteúdo de assédio moral pelo partido a que pertence. Muito conteúdo agressivo se refere à agenda defendida pela candidata, a exemplo do tuite postado no dia 30 de setembro de 2020 que se refere a “feminista maconheira que é a favor do aborto”.

43. A vereadora Karla Coser (PT/ES), enquanto usava a tribuna e o tempo de oradora durante sessão da Câmara de Vitória ocorrida em fevereiro de 2021, foi interrompida sucessivas vezes de forma agressiva e indecorosa por parte de dois vereadores da Casa que disseram que a Câmara estava “virando zona e bagunça”. O motivo desse ataque agressivo foi simplesmente o fato de a parlamentar portar uma bandeira do PT, que na ocasião completava 41 anos. Dois meses depois, novo ataque ocorreu, agora perpetrado pelo vereador Gilvan Aguiar (Patriota) que, aos gritos, interrompeu a fala da vereadora Camila (PSOL) dizendo que ela “não tinha moral” para falar o nome dele por ser representante do PSOL e, após a vereadora Karla Coser dizer que aquilo era um desrespeito, o vereador continuou gritando dizendo que Karla “não tinha

moral” pra falar o nome dele em razão de ser do PT, em total descontrole e desrespeito com a atividade parlamentar.

44. Primeira parlamentar negra da história da capital paranaense, a vereadora Carol Dartora (PT/PR) recebeu, em 05 de dezembro de 2020, um e-mail intitulado “Eu vou te matar – Carol Dartora”, cujo teor continha ameaça de morte e xingamentos racistas. Na mensagem, o autor escreve que vai comprar uma arma e viajar para Curitiba para matar a vereadora eleita – o endereço da parlamentar constava, inclusive, do texto. Lê-se, ainda, no conteúdo do e-mail: "Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro que vou comprar uma pistola 9mm no morro do Engenho, aqui no Rio de Janeiro e uma passagem só de ida para Curitiba e vou te matar. Eu já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa".

45. No dia 10 de maio de 2021, a vereadora Laiz Perrut (PT/MG), de Juiz de Fora (MG), foi xingada e teve seu carro cercado por manifestantes pró-Bolsonaro e contrários ao fechamento do comércio determinado pelo Poder Executivo local em razão da disseminação da Covid-19.

46. Tem sido uma constante a perseguição direta e indireta, psicológica e misógina contra a vereadora Juliana Cardoso (PT/SP) no exercício do mandato na Câmara dos Vereadores em São Paulo. Em 14 de novembro de 2020, foi criado um perfil falso no aplicativo *whatsapp*, colocando a vereadora e, à

época, candidata à reeleição como administradora deste grupo falso e tendo nele sido incluídas 119 pessoas, todos apoiadores do Território de São Mateus. O criador do grupo disparou diversas imagens pornográficas, falas lascivas, provocações sexuais, expondo ao constrangimento a vereadora e todas as demais vítimas incluídas no grupo.

47. Em 2021, Estela Balardin e Denise Pessôa, vereadoras do PT em Caxias do Sul (RS), sofreram ameaça de morte após a publicação de uma postagem na qual foi denunciado que um vereador estaria portando arma de fogo nas dependências da Câmara de Vereadores (conduta explicitamente proibida pelo Código de Ética da Casa). “Aproveita e mata as duas vereadoras do PT”, constou em um comentário feito à publicação. Na ocasião, as vereadoras registraram Boletim de Ocorrência na Delegacia da Mulher, visto que, além de se tratar de caso de ameaça, também foi constatada violência de gênero, já que a Bancada do Partido dos Trabalhadores conta com três vereadores, porém somente as vereadoras mulheres foram mencionadas na ameaça. Ademais, Estela, que detém a qualificação de vereadora mais jovem da história do legislativo caxiense, vem sofrendo reiterados ataques decorrentes de preconceito geracional. Exemplo disso se deu quando, durante uma sessão ordinária, a vereadora afirmou que um termo utilizado pelo vereador Sandro Fantinel (Patriota) seria inadequado. Na sequência, ao tomar a palavra, Fantinel declarou: “Vereadora, em primeiro lugar eu não vou lhe dar resposta porque você está ainda usando fraldas perto de mim. Não tem o mínimo de experiência de vida”. Mesmo após

repercussão nacional do caso, o referido vereador manteve a postura discriminatória com relação à idade da vereadora, não tendo se retratado oficialmente.

48. Em 24 de maio de 2021, a vereadora Lins Robalo (PT/RS) foi mais uma vítima da violência transfóbica em São Borja (RS). A mandatária foi atacada por seus pares e perseguida pela presidência da Casa, que exonerou sem motivos a chefe de gabinete de Lins.

49. Em Ribeirão Preto (São Paulo), a vereadora Duda Hidalgo (PT/SP) foi acusada de quebra de decoro parlamentar ao participar de protestos contra Bolsonaro em 14 de abril de 2021. A mandatária tem sido vítima de repetidas ações da oposição que visam seu silenciamento e cerceamento da atividade política, denotando evidente caso de violência política de gênero.

50. Em fevereiro de 2021, a vereadora Rita Della Giustina (PT/RS), do município de Sapiranga (RS), foi acusada, em ofício dirigido pela Prefeitura à presidência da Câmara dos Vereadores, de disseminar em postagem feita no *Facebook*, informação “*fake*” dos atos de gestão da Secretaria Municipal de Educação e, com isso, cometer ato de improbidade administrativa. Ocorre, porém, que a vereadora havia sido informada por trabalhadores da educação sobre a ocorrência de casos de Covid após o retorno presencial às aulas e, no regular exercício do poder de fiscalização atribuído ao Poder Legislativo pela Constituição Federal, a vereadora buscou esclarecimentos junto à Secretaria Municipal de Educação e à

Vigilância Sanitária e, em postagem na sua página do *Facebook*, prestou esclarecimento sobre sua atuação na fiscalização das denúncias que havia recebido dos trabalhadores, o que gerou, por parte da prefeitura, o ofício mencionado. Nota-se portanto, o caráter persecutório do ofício e o intuito de inibir e restringir a atuação parlamentar, especialmente no que se refere à fiscalização dos atos do Poder Executivo.

51. Em abril de 2021, Flavia Hellen (PT/PE), vereadora do Município de Paulista (PE), teve contra si ajuizada uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) que, baseada na argumentação de que houve descumprimento da regra eleitoral da cota de 30% na chapa eleitoral, solicita a cassação de seu mandato, sua inelegibilidade, bem como a todos os candidatos da chapa do PT. Foram feitas acusações à Vereadora, dando a entender que participa de uma organização criminosa. Nota-se que o objetivo da Ação é o de derrubar a primeira mulher negra eleita na Câmara Municipal da cidade sendo usado, para tanto, uma regra eleitoral feita justamente para viabilizar a eleição de mulheres na política. Ademais, o primeiro Projeto de Lei de sua autoria, que garantia o uso do nome social da população trans, foi imediatamente arquivado, enquanto movimentação política de confronto direto à atuação da vereadora. Além disso, as emendas à Reforma da Previdência, mesmo respeitando os limites orçamentários, também foram alvos de arquivamento sem explicação. Nos dois casos, a Comissão de Justiça e Redação fora utilizada como instrumento político para derrubada da intervenção política da parlamentar.

52. Em maio de 2021, a vereadora Taíse Braz (PT/SP), do município de Catanduva (SP), também sofreu violência política de gênero e racismo. Um homem publicou um artigo no jornal *O Regional de Catanduva* fazendo explícitas ameaças de morte à vereadora. "Você, vereadora, faz parte destas estruturas trevosas, e que na ânsia de projetar-se sequer tem noção, tanto quanto a maioria dos demais integrantes, da colheita que terá num futuro próximo quando o seu prazo de validade expirar no contexto físico" disse ele. Militante atuante nas causas das minorias e parlamentar combativa, Taíse foi ameaçada no exercício constitucional de seu mandato.
53. Em Araraquara, no interior de São Paulo, as vereadoras Thainara Faria e Fabi Virgílio (PT/SP) tiveram sua atuação política cerceada. Em abril de 2021, parlamentares de oposição solicitaram que as vereadoras tivessem seu mandato cassado por quebra de decoro denotando evidente perseguição política. Thainara conta que "enquanto mulher, enfrenta o sistema e os comentários machistas, tanto no púlpito da Casa de Leis quanto nas redes sociais, ataques de ódio e diminuição pelo fato de ser uma mulher negra ocupando um espaço até então dominado por brancos". Além disso, é constantemente atacada por ser bissexual e defender a garantia dos direitos da população LGBTQIA+.
54. As situações de acirramento ideológico entre oposição e situação e a atuação do vereador Gilmar Santos (PT/PE) culminaram em mais um caso de perseguição política na Câmara Municipal de Petrolina. No dia 10 de maio de 2021, ao receber a pauta para a sessão ordinária de 11 de maio de

2021, o parlamentar foi surpreendido pelo requerimento apresentado pelo líder da bancada de situação, que pede análise de todos os pronunciamentos nas sessões a fim de verificar supostas ofensas proferidas contra os vereadores da bancada de situação.

55. Em maio de 2020, a vereadora natalense Divaneide Basílio (PT/RN), sofreu retaliação dentro da Casa Legislativa Municipal de Natal. Um parlamentar da base do governo protocolou pedido requerimento à Comissão de Ética por quebra de decoro. Situações e atos desrespeitosos à atuação do mandato da parlamentar e de sua militância tornaram-se recorrentes durante as sessões ordinárias, uma tentativa de cerceamento da atividade política da mandatária.

56. No ano de 2021, em Sinop, no Mato Grosso, a professora Graciele Marques (PT/MT) recebeu diversas ameaças de morte e xingamentos na internet. A combatividade da vereadora contra o agronegócios e violências tem feito dela vítima de reiteradas perseguições e ameaças.

57. Em 2020, em Registro (SP), a vereadora Sandra Kennedy (PT/SP) sofreu ataque cibernético em seu canal no Youtube e ameaças à sua integridade física. A parlamentar recebeu diversas ligações telefônicas sugerindo que ela e a família tivessem cuidado. Tal qual outros exemplos deste documento, a vereadora também recebeu ameaças de cassação do seu mandato.

58. Em 20 de março de 2021, a vereadora de Contagem (MG), Moara Saboia (PT/MG) foi vítima de racismo enquanto

discursava em uma reunião plenária remota. Xingada e alvo de comentários pejorativos por ser esquerda, a vereadora foi a única parlamentar da casa a votar contra abertura de academias e igrejas como serviços essenciais durante a pandemia.

59. Em Curitiba, desde o início de seu mandato, o vereador Renato Freitas (PT/PR) tem sido vítima de reiterada perseguição política. Em 2021, o parlamentar negro questionou uma abordagem truculenta da Polícia Militar que presenciou e acabou sendo detido pela força, à despeito do cargo que ocupa e de ser advogado. Ainda no mesmo ano, Freitas sofreu outros casos de violência, dentre elas ameaça de morte. A perseguição política a Renato não é recente, em 2016 ele foi preso pela Guarda Municipal enquanto realizava panfletação da sua campanha. Em 2018, sofreu agressão da PM e foi detido enquanto realizava reunião com 4 jovens na Praça do Gaúcho. Mais recentemente, em 2022, Freitas foi acusado de invadir uma igreja enquanto liderava um ato antirracista. Diferente do que mostram imagens de câmeras, não houve interrupção da missa, tão menos ocupação da igreja. O caso reafirma a perseguição aos mandatos combativos e o cerceamento da atuação parlamentar.

60. No dia 11 de fevereiro de 2022, em Limeira (SP), a vereadora transexual Isabelly Carvalho (PT), registrou boletim de ocorrência após sofrer ataques transfóbicos nas redes sociais. Os ataques ocorreram após a parlamentar protocolar um projeto de lei para instituir o “Dia Marielle Franco”, com o intuito de dialogar sobre a violência de gênero e racial. Logo que a

Câmara de Limeira publicou um release explicando o projeto em sua página, os ataques começaram. A Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Limeira publicou uma nota repudiando os ataques sofridos pela parlamentar.

61. No dia 5 de fevereiro de 2022, a vereadora Carol Dartora (PT/PR) voltou a receber ataques após participar de um ato em Curitiba (PR) que pedia justiça por Moise Kabamgabe. A vereadora denunciou o ocorrido por meio de nota nas redes sociais e através de pronunciamento em sessão ordinária híbrida da Câmara de vereadores de Curitiba. Dartora relata estar sendo alvo de violência por ter sua imagem associada a uma suposta "invasão" à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, no Centro de Curitiba. Desde então, tem sofrido inúmeros ataques racistas e ameaças, como exposto por meio de prints no Twitter. Em um deles, a parlamentar recebeu a seguinte mensagem: "Macaca fedorenta...vai pagar pelo que fez. Você não dura 2 meses", enviada por um usuário do Instagram.

62. Desde o dia 6 de fevereiro de 2022, a vereadora Iza Lourença (PSOL) de Belo Horizonte (MG) vem recebendo ataques em sua rede social, após postagem em que a vereadora e demais pessoas, aparecem em uma manifestação na capital mineira, reivindicando justiça pelo assassinato do cangoles Moise Kabagambe, no Rio de Janeiro. O vereador Nikolas Ferreira (PRTB), começou a incentivar seus seguidores a atacar e ameaçar a parlamentar nas redes. Entre os ataques recebidos estão: "Mulher estranha viu", "é menino ou menina? Todes ou todas?", "galera denuncia a conta dessa analfabeta".

63. No dia 27 de janeiro de 2022, a Deputada Estadual de São Paulo, Isa Penna (PSOL) registrou boletim de ocorrência após receber um e-mail com ameaças de morte e estupro. No dia 04 de fevereiro sofreu novo ataque, momento em que os endereços de seus familiares foram divulgados. A parlamentar atualizou o BO registrado anteriormente. Por essa razão, a agenda pública precisou ser suspensa e demais compromissos estão sendo realizados em sigilo. Além disso, o gabinete ingressou com pedido de proteção parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e vem adotando medidas de segurança orientadas pela ONG Terra de Direitos, especializada em assistência em questões ligadas a direitos humanos. Entre as orientações, foi encaminhada uma denúncia para o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

64. Em janeiro de 2022, a vereadora de Niterói (RJ), Benny Briolly (PSOL), que vem relatando desde o início do seu mandato os vários ataques sofridos, recebeu ameaças contra sua vida. A parlamentar recebeu um e-mail com o título: “Presentinho para o vereador Benny Briolly”, se referindo a esta com pronomes masculinos. A mensagem também acompanhava a foto de uma arma e munição. O autor do e-mail colocou em cópia outros parlamentares negros do PSOL, como o vereador Matheus Gomes. A ameaça foi registrada na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância e a Investigação. Em dezembro de 2021, Benny Briolly já havia recebido outro e-mail que tinha como título “Já estou contando as balas”. O novo ataque será adicionado à investigação.

65. No dia 11 de fevereiro de 2022, o vereador e Presidente da Câmara do município de Juruti, região do Baixo Amazonas (PA), Francinei Andrade (PT), foi ameaçado por Isaías Batista Neto, filho do ex-prefeito Isaías Batista Filho e da atual prefeita Lucídia Batista. Após fazer comentários em publicação no Facebook do vereador, o filho da prefeita seguiu até a Câmara, acompanhado de outro homem, ameaçando agredi-lo. O homem quebrou a porta da Câmara, fugindo do local após a chegada da polícia. Após o ocorrido, o vereador registrou boletim de ocorrência.

66. Em fevereiro de 2022, a vereadora da capital fluminense, Thais Ferreira (PSOL/RJ) foi acusada de possuir estilo de usuário de drogas e favorecer o crime, com projeto sobre o direito das crianças e adolescentes, pelo Deputado Estadual bolsonarista, Rodrigo Amorim (PSL/RJ), o mesmo conhecido por quebrar a placa da vereadora Marielle Franco em 2018. A parlamentar tomou conhecimento do caso ao acompanhar a primeira sessão do ano da Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), em 1º de fevereiro. Thais entrou com uma representação pelos crimes de racismo, calúnia e difamação contra Amorim no Ministério Público Estadual.

67. No dia 27 de dezembro de 2021, durante o recesso parlamentar, o vereador Matheus Gomes (PSOL) de Porto Alegre (RS) recebeu pela sétima vez ameaça de morte, desde o início do seu mandato. O conteúdo da mensagem, encaminhada via e-mail institucional é semelhante às ameaças já enviadas anteriormente às demais integrantes da Bancada Negra. No entanto, dessa vez, foi enviada apenas para

Matheus Gomes. O vereador acionou a Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul sobre o caso. A bancada do PSOL na Câmara dos Deputados pediu, em dezembro, ao governador Eduardo Leite rigorosa investigação sobre as ameaças, bem como exigiu posicionamento do presidente da Câmara, Arthur Lira.

68. No dia 11 de fevereiro de 2022, o Deputado Distrital Fábio Felix (PSOL), sofreu ameaças e ataques homofóbicos durante audiência pública que discutia a adoção do passaporte da vacina nas escolas do Distrito Federal. Durante a audiência, pessoas contrárias à adoção do passaporte sanitário utilizaram o chat para ameaçar o presidente da Comissão de Direitos Humanos, através da transmissão no canal do YouTube da Câmara Distrital. Também foram realizadas agressões verbais por pessoas que acompanhavam o debate nas galerias do Plenário.

69. Recentemente a vereadora Taíse Braz (PT/SP), da Câmara Municipal de Catanduva (SP), voltou a receber novos ataques da extrema direita da cidade após participar do ato "Justiça por Moïse" contra o racismo e a xenofobia no dia 12 de fevereiro de 2022, na praça Monsenhor Albino, Centro da cidade. Na ocasião, uma foto foi distorcida, noticiando que a parlamentar havia colocado uma bandeira do PSOL no busto do padroeiro da cidade, numa onda de fake news de cunho religioso. O bispo da Diocese de Catanduva, Dom Valdir Mamede, enviou ao presidente da Câmara, vereador Gleison Begali (PDT), na última segunda-feira, 14, um documento solicitando retratação por parte da vereadora Taíse Braz (PT) pelo ocorrido. No

documento afirma que "a memória da venerável figura do Monsenhor Albino, cuja santidade está em trâmite no Vaticano, foi ofendida e a fé dos cristãos católicos vilipendiada, em grave afronta aos princípios constitucionais estabelecidos no direito pátrio".

Este quadro constante de ataques e ameaças evidencia que a violência política atinge especialmente as mulheres, LGBTQIA+, a população negra e integrantes de partidos de esquerda, dentre outros, atravessando desde as situações de silenciamento, boicote a projetos, até questionamentos sobre a capacidade para o exercício dos mandatos. Há na sociedade brasileira ainda hoje, uma parcela da população que não aceita que as minorias ocupem os espaços de poder há muito tempo ocupadas por uma elite privilegiada, em sua maioria rica e branca.

PARA QUEM QUER SABER MAIS SOBRE O ASSUNTO

- “Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020” / Coordenação: : Élide Lauris, Sandra Carvalho, Gláucia Marinho e Darci Frigo – Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf .
- “Violência Política de Gênero e Raça no Brasil” (2020 e 2021) do Instituto Marielle Franco. Disponível digitalmente no site violenciapolitica.org.
- “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, publicada pela Gênero e Número. Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/>.
- MonitorA, projeto da Revista AzMina junto ao InternetLab - Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-de-genero-as-dif>

[erencias-entre-os-ataques-recebidos-por-mulheres-e-seus-oponentes](#)
/

- “Cartilha sobre violência política de gênero”, Observatório de Violência Política Contra a Mulher, em parceria com o Grupo de pesquisa Comunicação Eleitoral PPGCom, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Grupo LiderA, do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), e o Grupo Ágora, de estudos em Direito Eleitoral e Político da Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Ceará (UFC), 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Dezembro/cartilha-incentiva-o-combate-a-violencia-politica-de-genero> .
- “Violência política contra as mulheres: roteiro para prevenir, monitorar, punir e erradicar”. PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres; IDEA Internacional, Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral; 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro_HojadeRuta.pdf
- “Cartilha: Prevenção à Violência contra as Mulheres em Contextos Eleitorais”. ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2021. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha_a_de_Prevencao_a_Violencia_contra_as_Mulheres_em_Contextos_Eleitorais-1.pdf .
- “Violência Política Contra a Mulher — Relatório 2020-2021”. organização de Desirée Cavalcante Ferreira, Carla de Oliveira Rodrigues, Silvia Maria da Silva Cunha – Brasília: Transparência Eleitoral Brasil, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/12/relatorio-de-violencia-politica-contra-a-mulher.pdf>.
- “Violência Política Contra as Mulheres (VPCM)”. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM-UFMG); 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/cartilha-orienta-sobre-violencias-politicas-contra-as-mulheres/> .
- Declaração sobre a Violência e o Assédio Político contra as Mulheres (CIM/OEA, 2015).

- Comissão Interamericana de Mujeres. Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI). Ley Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la Vida Política / [Preparado por el Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI), 2017. Disponível em: <https://www.oas.org/es/mesecvi/docs/LeyModeloViolenciaPolitica-ES.pdf> .

[1] Aqui foi feita opção de referência nominal de Câmara Federal por defesa da alteração nominal da Câmara dos Deputados, que é a denominação oficial da instituição.

[2]

http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf

[3]

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/pesquisa-instituto-marielle-franco>

[4]

<https://azmina.com.br/reportagens/em-santa-catarina-61-das-candidatas-dizem-ja-ter-sofrido-violencia-politica-de-genero/>

[5] <https://pt.org.br/racistas-reagem-com-agressoes-ao-protagonismo-de-vereadora-negra/>

[6]

<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/primeira-prefeita-mulher-e-negra-de-cachoeira-ba-eliana-gonzaga-denuncia-ameacas>

[7]

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/19/prefeita-de-cachoeira-relata-sofrer-ameacas-de-morte-apos-se-tonar-1a-mulher-eleita-ao-cargo-povo-nao-elegeu-uma-covarde.ghtml>

[8]

<https://www.poder360.com.br/brasil/vereadora-de-fortaleza-e-ameacada-de-morte-nas-redes-sociais-pt-se-solidariza/>

[9]

<https://psol50.org.br/andreia-de-jesus-psol-sofre- Graves-ameacas-de-morte-por-seu-trabalho-na-assembly-legislativa-de-mg/>

[10]

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/01/21/apos-nova-ameaca-de-morte-a-vereadora-camara-de-porto-alegre-deve-intensificar-medidas-de-seguranca.ghtml>